INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CÂMPUS FLORIANÓPOLIS
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE SAÚDE - DAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA

CAMILLE OLIVEIRA MACHADO
LARISSA PALHANO DA SILVA BLASIUS

PERFIL ACADÊMICO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA DO IFSC: DESAFIOS DE INCLUSÃO

FLORIANÓPOLIS
2025

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CÂMPUS FLORIANÓPOLIS
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE SAÚDE - DAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA

CAMILLE OLIVEIRA MACHADO
LARISSA PALHANO DA SILVA BLASIUS

PERFIL ACADÊMICO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA DO IFSC: DESAFIOS DE INCLUSÃO

Manuscrito do Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para obtenção do diploma de Tecnólogo em Radiologia.

Orientadora: Juliana dos Santos Müller, Dra.
Coorientadora: Patrícia Fernanda Dorow, Dra.

FLORIANÓPOLIS

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelos autores.

BLASIUS, Larissa Palhano
MACHADO, Camille Oliveira
PERFIL ACADÊMICO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA DO IFSC: DESAFIOS DE INCLUSÃO / Larissa Palhano BLASIUS, Camille Oliveira MACHADO; orientação de Juliana dos Santos Müller, coorientação de Patricia Fernanda Dorow - Florianópolis, SC, 2025. 81 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Florianópolis, Graduação em Radiologia, Florianópolis, 2025. Inclui referências.

1. Radiologia. 2. Educação Inclusiva. 3. Educação em saúde. 4. Pessoa com Deficiência. 5. Radiologia. I. MÜLLER, Juliana dos Santos. II. DOROW, Patricia Fernanda. III. Instituto
Federal de Santa Catarina. IV. PERFIL ACADÊMICO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA DO IFSC: DESAFIOS DE INCLUSÃO.

CAMILLE OLIVEIRA MACHADO
LARISSA PALHANO DA SILVA BLASIUS

PERFIL ACADÊMICO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA DO IFSC: DESAFIOS E CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título em Tecnólogo em Radiologia, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, e aprovado na sua forma final pela comissão avaliadora abaixo indicada.

Florianópolis, 07 de julho de 2025.

Prof. Juliana dos Santos Müller, Dra.
Orientadora
Instituto Federal de Santa Catarina

Prof. Patrícia Fernanda Dorow, Dra.
Co Orientadora
Instituto Federal de Santa Catarina

Prof. Ana Paula da Silva, Dra.
Instituto Federal de Santa Catarina

Prof. Giovani Nogueira, MSc.
Instituto Federal de Santa Catarina

“Se a educação sozinha não transforma
a sociedade, sem ela tampouco
a sociedade muda.”

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão à nossa orientadora, professora Juliana dos Santos Müller, pela sua orientação, atenção, apoio e incentivo durante todo o curso e elaboração deste TCC. Agradecemos a paciência, as sugestões e a constante disponibilidade para nos auxiliar na superação dos desafios encontrados.

Eu, Camille, expresso intensamente gratidão à minha família durante o meu percurso acadêmico. Agradeço aos meus pais, Deise e Genilson, pelo aprendizado da acessibilidade às pessoas com deficiência, sendo motivo pela temática do TCC. Aos meus avós e tias, em especial “pai-avô” Arnoldo, grata pelo apoio profissional desde a minha descoberta da aprovação do vestibular, sendo incentivador durante toda a minha trajetória acadêmica.

Eu, Larissa, sou imensamente grata à minha família pelo apoio incondicional ao longo dos anos, possibilitando meu ingresso e permanência na graduação. Agradeço aos meus pais, Katia e Djonattan e a minha irmã, Karine, por ensinarem fragmentos do que sou hoje, por acreditarem em mim e me incentivarem a sempre buscar meus sonhos.

Aos amigos que fizemos ao longo destes anos de faculdade, por compartilharem conosco tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo ao longo deste percurso.

Agradecemos também aos nossos colegas do curso e do Grupo de Pesquisa em Aplicações Radiológicas (GPAR), pelas valiosas discussões e colaboração durante a pesquisa.

Finalmente, a todos do Instituto Federal de Santa Catarina, principalmente aos professores do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia, que ao longo dessa caminhada nos deram todo suporte necessário, contribuindo com seus conhecimentos para nossa formação acadêmica e pessoal.

RESUMO

A deficiência não é uma condição estática e definitiva, ela é formada pela multiplicidade de fatores, tais como os socioambientais, psicológicos e pessoais. O processo de inclusão dentro de ambientes escolares, com ênfase no ensino superior, atua para além do impacto positivo na formação, mas também no desenvolvimento social. Considerando a relevância da temática, o presente trabalho possui como objetivo instigar o debate e reconhecer lacunas na instituição estudada para minimizar a exclusão social de pessoas com deficiência no meio educacional, contribuindo para a formação de uma educação inclusiva. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa do tipo transversal para caracterização dos estudantes com deficiência. Além disso, é destacado por ser um estudo descritivo e exploratório, tendo como principal finalidade esclarecer conceitos e aprofundar-se na identificação e implicações pedagógicas dos alunos com deficiência no Curso Superior de Tecnologia em Radiologia (CSTR) do local analisado. Pode-se observar como as normativas brasileiras vigentes não contemplam de forma plena o estudante com deficiência, sendo necessário o mapeamento do ingresso e permanência desse aluno. Ressalta-se a existência de dados controversos quanto ao número de Pessoas com Deficiência (PCDs) no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus Florianópolis e que, apesar da criação de legislações recentes sobre a temática, ainda há demasiada evasão escolar devido, principalmente, à falta de acolhimento institucional. Por fim, frisa-se a importância da criação de políticas institucionais sobre inclusão social e sua respectiva fiscalização, além da necessidade de capacitação dos servidores para erradicar barreiras atitudinais no percurso acadêmico do estudante.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação em saúde. Pessoa com Deficiência. Radiologia.

ABSTRACT

Disability is not a static or definitive condition; it is shaped by a multiplicity of factors, such as socio-environmental, psychological, and personal aspects. The process of inclusion within school environments, with an emphasis on higher education, goes beyond having a positive impact on academic formation—it also influences social development. Considering the relevance of the topic, the present work aims to stimulate debate and identify gaps in the studied institution in order to minimize the social exclusion of people with disabilities in the educational setting, thereby contributing to the establishment of inclusive education. This research uses a qualitative, cross-sectional approach to characterize students with disabilities. Additionally, it is a descriptive and exploratory study, with the main purpose of clarifying concepts and delving into the identification and pedagogical implications of students with disabilities in the Higher Technology Course in Radiology (CSTR) at the analyzed institution.It can be observed that the current Brazilian regulations do not fully accommodate students with disabilities, making it necessary to map the admission and retention of these students. It is noteworthy that there are conflicting data regarding the number of people with disabilities (PWD) at the Federal Institute of Santa Catarina (IFSC), Florianópolis Campus, and despite the recent creation of legislation on the subject, there is still a high rate of school dropout, mainly due to a lack of institutional support.Finally, the importance of creating institutional policies on social inclusion and their respective enforcement is emphasized, along with the need for training staff members to eradicate attitudinal barriers throughout the academic journey of the student.

Keywords: Inclusive Education. Health Education. People with Disabilities. Radiology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado
CST – Curso Superior de Tecnologia
CSTR - Curso Superior de Tecnologia em Radiologia
DAS - Departamento Acadêmico de Saúde
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
IFC - Instituto Federal Catarinense
IFES – Institutos Federais de Ensino Superior
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
MEC – Ministério da Educação
NAE – Núcleo de Acessibilidade Educacional
ONU – Organização das Nações Unidas
PCD – Pessoa com Deficiência
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SISU - Sistema de Seleção Unificada
TEA - Transtorno do Espectro Autista
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instrumento de coleta de dados…….17

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População de estudantes com deficiência do Câmpus Florianópolis atendidos pelo NAE, 2024…….19

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Estudantes do CST Radiologia conforme dados do registro geral do Câmpus Florianópolis, 2024…….23
Gráfico 02 - Registro de alunos com deficiência matriculados no IFSC, Câmpus Florianópolis conforme dados do NAE, de 2009 a 2024…….26

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 01 – Capa da Cartilha do Estudante, 2025……..29
Figura 02 – Laboratórios de Técnicas Radiológicas e Radiologia Odontológica, 2025…….29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 11
1.1 Objetivos 12
1.1.1 Objetivo geral.....12
1.1.2 Objetivos específicos.....12

2 APRESENTAÇÃO DO MANUSCRITO 14
2.1 INTRODUÇÃO.....15
3. MATERIAIS E MÉTODOS..... 16
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES 19
5. CONCLUSÃO 29
REFERÊNCIAS 31

APÊNDICES 34
APÊNDICE A - TERMO DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA 35
APÊNDICE B - INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS 42
APÊNDICE C - CARTILHA DO ESTUDANTE 45

1 INTRODUÇÃO

A deficiência não é uma condição estática e definitiva, ela está inserida nas relações e interações que determinam seu entendimento na sociedade, sendo ela formada pela multiplicidade de fatores tais como socioambientais, psicológicos e pessoais (Brasil, 2015). Nessa conjuntura, a educação inclusiva origina-se como temática vital, para a identificação da sociedade, assegurando os direitos legais de pessoas com deficiência, garantindo o acesso igualitário e qualidade de ensino para todos (Santos; Machado, 2021). Dessa forma, é necessária a aplicação da ação social e educacional dentro de todas as grades curriculares de cursos da graduação, especialmente em menção ao estudo, Curso Superior de Tecnologia em Radiologia do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Tendo em vista o apoio do aluno na educação, foram promulgados os direitos da pessoa com deficiência por meio da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, o qual preconiza os direitos destas pessoas e o suporte necessário a ser seguido pelas instituições de ensino. Assim, é descrito pelo artigo 27 da lei supracitada que o Estado e a sociedade são encarregados pela garantia de qualidade educacional e a proteção social contra a violência e discriminação aos Pessoas com Deficiência (PCD's) (Brasil, 2015).

Com base na Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência, o Governo Brasileiro, buscando a promoção da igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, criou políticas para atingir tal objetivo. Dentre as principais leis, destaca-se a Lei 13.146, que possui como finalidade garantir o pleno acesso do público-alvo à educação e à socialização, conforme explicado por Boff; Machado (2024, p. 4):

> [...] apresenta o conjunto de direitos civis, políticos e sociais desse segmento populacional. Todavia, o desafio da atualidade tem sido aplicar tais prerrogativas de modo que as pessoas com deficiência possam participar de todos os âmbitos sociais em condições equiparadas.

A educação plena possui como objetivo a formação integral do aluno considerando sua participação na sociedade, desta forma, a pessoa com deficiência não pode sofrer com a marginalização ao não se adequar com os padrões sociais, uma vez que o convívio entre grupos não pode ser excludente (Becker; Anselmo, 2020).

Tendo em vista o aumento de diagnósticos de pessoas com deficiência, torna-se fundamental a implementação de posturas sociais com a comunidade dos PCDs, promovendo o acesso igualitário dentro da sociedade, sem haver qualquer tipo de preconceito, devendo ser introduzido inicialmente no âmbito da educação. Assim, em combate ao acesso segregador no meio educacional, é preciso a elaboração e a aplicação de protocolos públicos impostos pelo governo federal brasileiro, estimulando a garantia de acessibilidade ao estudante e o aprimoramento das práticas pedagógicas na temática de inclusão pelos profissionais da educação.

A acessibilidade dos alunos perante as dificuldades encontradas no decorrer do percurso acadêmico é um ponto chave para o desenvolvimento do discente, contribuindo para sua participação plena nas atividades no meio social e educacional. Apesar de o CSTR ser referência nacional para área, ainda não há em sua grade curricular conteúdos que abordem a temática de inclusão e capacitação aos discentes.

Considerando os desafios ainda presentes na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, o estudo visa contribuir para o desenvolvimento de uma instituição de ensino que siga as normas vigentes nas legislações referentes à pessoa com deficiência, promovendo a sensibilização da temática a fim de estimular pesquisas futuras e melhorar a qualidade de vida dos alunos com deficiência.

Este manuscrito será submetido à Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, destinado à divulgação de trabalhos científicos nas temáticas de valorização e análise crítica da educação inclusiva.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o perfil acadêmico de estudantes com deficiência no Curso Superior de Tecnologia em Radiologia do IFSC.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste trabalho se constituem em:

a) identificar as características sociodemográficas e acadêmicas dos estudantes com deficiência regularmente matriculados no curso de

Tecnologia em Radiologia do IFSC;

b) analisar o perfil acadêmico e indicadores de acesso e permanência dos estudantes na perspectiva da educação inclusiva;
c) propor estratégias de melhoria pedagógica através de um guia do aluno informativo para suporte oferecido aos estudantes com deficiência.

2 APRESENTAÇÃO DO MANUSCRITO

Conforme exemplificado por Coelho *et al*. (2021), o artigo científico deve seguir protocolos e diretrizes exigidos pela revista escolhida, como a elaboração de uma revisão abrangente e atualizada da literatura, fundamentando o impacto da pesquisa.

A estrutura textual deverá ser composta de introdução, objetivos, metodologia, resultados, discussão e considerações finais. A revista escolhida exige que deve ser escrito com a cor preta podendo ter figuras e/ou ilustrações coloridas; sendo utilizada a fonte Times New Roman, tamanho 12, exceto as citações longas, legenda das ilustrações e fonte das tabelas e gráficos, que devem ser digitados em tamanho 10. As demais diretrizes de formatação, tal como tabelas, quadros, ilustrações e normas de citação e referências devem seguir as diretrizes da revista.

PERFIL ACADÊMICO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA DO IFSC: DESAFIOS DE INCLUSÃO

ACADEMIC PROFILE OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE HIGHER EDUCATION COURSE OF RADIOLOGY TECHNOLOGY AT IFSC: INCLUSION CHALLENGES

Camille Oliveira MACHADO[1]
Larissa Palhano Da Silva BLASIUS[2]
Patrícia Fernanda DOROW[3]
Juliana dos Santos MULLER[4]

RESUMO: A Educação Inclusiva segue como um pilar imprescindível na promoção dos direitos civis e de igualdade dentro do corpo social. Dessa forma, a inclusão da pessoa com deficiência (PCD) é uma questão fundamental, uma vez que historicamente são vulneráveis à exclusão e marginalização dentro do ambiente estudantil. Instituições federais educacionais, como o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), desempenham na implementação de projetos pedagógicos de cunho inclusivo em seus cursos técnicos e de graduação. O estudo possuiu como principal finalidade esclarecer conceitos e aprofundar-se na identificação e implicações pedagógicas dos alunos com deficiência no CST em Radiologia no IFSC, Câmpus

[1] Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia do Instituto Federal de Santa Catarina. camille.o.m7@gmail.com
[2] Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia do Instituto Federal de Santa Catarina. larissa.palhano03@gmail.com
[3] Docente do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia do Instituto Federal de Santa Catarina. patriciad@ifsc.edu.br
[4] Docente do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia do Instituto Federal de Santa Catarina. juliana.muller@ifsc.edu.br

Florianópolis. Para a realização da pesquisa, foi realizada uma análise documental de dados públicos e legais acerca das políticas de inclusão para pessoas com deficiência, realização de uma coleta de dados no setor do Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) do câmpus. Foram obtidas informações relevantes que impactam diretamente na permanência desses estudantes na instituição. Trata-se de um estudo inédito, representando uma iniciativa pioneira na sistematização de dados voltados à inclusão educacional no âmbito do IFSC. Devido à falta de material didático-pedagógico inclusivo implementado na instituição, surgiu a necessidade do desenvolvimento de um conteúdo acessível para pessoas com deficiência, com intuito de direcionar o aluno ao ambiente que ele irá frequentar, como as salas de aula e núcleos de apoio a pessoas com deficiência. Por fim, percebe-se que a presença de barreiras atitudinais estão presentes no cotidiano do aluno com deficiência da instituição, reforçando a necessidade de políticas internas institucionais de inclusão social, além da capacitação sobre a temática com os servidores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Educação em saúde. Pessoa com Deficiência. Radiologia.

ABSTRACT: Inclusive Education remains an essential pillar in promoting civil rights and equality within society. Thus, the inclusion of people with disabilities (PWD) is a fundamental issue, as they have historically been vulnerable to exclusion and marginalization within the educational environment. Federal educational institutions, such as the Federal Institute of Santa Catarina (IFSC), play a role in implementing pedagogical projects with an inclusive focus in their technical and undergraduate courses.The main purpose of this study was to clarify concepts and deepen the understanding of the identification and pedagogical implications of students with disabilities in the Radiology Technical Course (CST) at IFSC, Florianópolis Campus. To conduct the research, a documentary analysis was carried out using public and legal data concerning inclusion policies for people with disabilities, along with data collection from the Educational Accessibility Center (NAE) of the campus. Relevant information was obtained that directly impacts the retention of these students at the institution.This is an unprecedented study, representing a pioneering initiative in systematizing data aimed at educational inclusion within IFSC. Due to the lack of inclusive didactic-pedagogical materials implemented at the institution, the need arose to develop accessible content for people with disabilities, intended to guide students to the environments they will attend, such as classrooms and support centers for people with disabilities.Finally, it is noted that attitudinal barriers are present in the daily lives of students with disabilities at the institution, reinforcing the need for internal institutional policies on social inclusion, as well as training on this topic for staff members.

KEYWORDS: Inclusive Education. Health Education. People with Disabilities. Radiology.

2.1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva segue como um pilar imprescindível na promoção dos direitos civis e de igualdade dentro do corpo social, servindo como reconhecimento e valorização das diversidades, assegurando a todos os indivíduos o acesso livre educacional de forma regular, sem haver quaisquer distinções sociais (Brasil, 2008). Dessa forma, a inclusão da pessoa com deficiência (PCD) é uma questão fundamental, uma vez que historicamente são vulneráveis à

exclusão e marginalização dentro do ambiente estudantil.

Uma série de marcos legais vêm sendo estabelecidos com a garantia dos direitos civis das PCDs. Inicialmente, no ano de 1971, com a Declaração de Direitos Do Deficiente Mental da Organização das Nações Unidas (ONU), o qual garante que possuam direitos igualitários aos outros membros da sociedade, sendo protegido de qualquer abuso e negligência. Incorporada de modo nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foi propulsora da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, promulgada no território brasileiro no ano de 2009. Adentrando o contexto nacional, possuímos a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) demonstrando a evolução expressiva na permanência de acesso em variados espaços dentro da sociedade.

A incorporação da pessoa com deficiência representa um desafio principalmente para locais profissionais e educacionais, por ser de responsabilidade total da instituição a iniciativa de transformações estruturais e acionistas a todo público, para que não haja discriminação de acesso e oportunidade (Brasil, 2008). Desse modo, instituições federais educacionais, como o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), desempenham um papel crucial na implementação de projetos pedagógicos de cunho inclusivo em seus cursos técnicos e de graduação. O CSTR oferecido pelo IFSC busca a garantia de acessibilidade e êxito sucedido dos discentes, para que consigam se inserir no mercado de trabalho após a conclusão de sua capacitação profissional, com propósito de análise do perfil acadêmico dos discentes com deficiência no Curso Superior de Tecnologia em Radiologia do IFSC .

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O método empregado nesta pesquisa ocorreu com base metodológica quantitativa do tipo transversal para caracterização dos estudantes com deficiência. Além disso, é destacado por ser um estudo descritivo e exploratório, tendo como principal finalidade esclarecer conceitos e aprofundar-se na identificação e implicações pedagógicas dos alunos com deficiência no CST em Radiologia no Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Florianópolis.

Este projeto se iniciou a partir da análise documental de dados públicos e legais acerca das políticas de inclusão para pessoas com deficiência, com ênfase no ambiente educacional. Na sequência foi adaptado o instrumento denominado "*Checklist semiestruturado do Programa Integra desenvolvido pelo Poder Judiciário de Santa Catarina"*, podendo ser analisado no Quadro 1. O instrumento foi desenvolvido com o objetivo de ser aplicado na coleta de dados

que ocorreu de dezembro de 2024 a maio de 2025 de maneira censitária correspondente aos anos de 2009 a 2024, nos setores do Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) e Registro Geral do IFSC do Câmpus Florianópolis.

Quadro 1 - Instrumento de coleta de dados

Pergunta aplicada	Forma de análise - Categorização
Idade	Descritivo.
Sexo	A. Feminino (Cis); B. Masculino (Cis); C. Não binário; D. Homem Trans; E. Mulher Trans.
Está regularmente matriculada/o?	A. Sim, possui matrícula ativa. B. Não, já concluiu o curso; C. Não, evadiu.
Curso que frequenta no IFSC:	Descritivo.
Ano de ingresso no IFSC:	Descritivo.
Foi direcionado ao NAE após a matrícula?	A. Sim; B. Não.
Caso a resposta anterior seja negativa, chegou ao NAE a partir de livre demanda?	A. Sim; B. Não; C. Outros: por exemplo, a pedido da coordenação do Curso.
Tipo de deficiência(s)	A. Deficiência Visual. Especifique: B. Deficiência Auditiva. Especifique: C. Deficiência Física. Especifique: D. Deficiência Mental / Intelectual. Especifique: E. Transtorno do Espectro Autista. Especifique: F. Deficiência Múltipla. Especifique: G. Outra(s)*. Especifique:
É reconhecido oficialmente pelo IFSC como pessoa com deficiência?	A. Sim; B. Não.
Quais tecnologias assistivas são necessárias para execução das tarefas com autonomia e segurança no seu ambiente educacional?	A. Software de voz / leitor de tela; B. Configuração específica de monitor para pessoas de baixa visão; C. Monitores maiores; D. Scanner de mesa; E. Impressora em Braille; F. Linha Braille;

	G. Ampliadores de mesa; H. Softwares ampliadores de tela; I. Telefone via IP para pessoas com deficiência motora; J. Leitor ótico; K. Sistemas acessíveis; L. Lupa eletrônica; M. Intérprete e Tradutor de Libras; N. Guia-intérprete para surdocegos; O. Atendente pessoal/agente facilitador; P. Outros: Q. Não possui tecnologia assistiva; R. Não necessita de tecnologia assistiva.
Enfrenta dificuldades de mobilidade devido às barreiras físicas presentes na edificação do IFSC para permanências nas aulas (teórico-práticas)?	A. Sim; B. Não; C. Não se aplica.
Caso sim, quais itens abaixo são necessários para garantir sua mobilidade e acessibilidade nas dependências do Câmpus Florianópolis? (assinalar)	A. Rampa com banheiro acessível; B. Elevador sonorizado e com braille; C. Plataforma elevatória com piso tátil; D. Vaga de estacionamento; E. Outros; F. Não se aplica.
Caso tenha assinalado algum item na questão anterior, especifique a localização (edificação, pavimento e nº da sala/ambiente/Curso) onde a acessibilidade/ adaptação deve ser promovida:	Descritivo
Enfrenta ou já enfrentou barreiras atitudinais durante as atividades acadêmicas? (Descrito nos atendimentos do NAE)	A. Sim; B. Não; C. Não houve acompanhamento.
Quais são os principais desafios enfrentados no acesso à educação escolar no IFSC? (Descrito nos atendimentos do NAE)	Descritivo
Foram demonstrados obstáculos pelos educadores na inclusão efetiva de alunos com deficiência nas salas de aula regulares? (Descrito nos atendimentos do NAE)	Descritivo
Como as políticas públicas e legislação atual do IFSC impactam a inclusão educacional de pessoas com deficiência?	Descritivo
Existe no IFSC, Câmpus Florianópolis capacitação e formação dos profissionais da educação para as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência na escola?	Descritivo

Nota*: refere-se a surdocegueira.

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados obtidos foram quantificados em planilhas *Excel* e analisados com o suporte do programa estatístico R. Na etapa final, foi elaborado um guia do aluno com formato didático-pedagógico do Departamento de Saúde (DAS) da instituição de ensino, reunindo informações relevantes para a ambientação e orientação dos(as) estudantes. O material inclui dados sobre os programas de auxílio oferecidos pelo IFSC, procedimentos para a realização da matrícula, funcionamento dos sistemas educacionais institucionais, fotos dos laboratórios, horários de atendimento da coordenação, entre outros conteúdos importantes para a integração acadêmica.

Esta pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob parecer consubstanciado no número 7.001.305, garantindo-se o cumprimento dos princípios éticos que envolvem estudos com seres humanos, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização deste estudo permitiu alcançar, de forma satisfatória, os objetivos inicialmente propostos. Por meio da identificação das características sociodemográficas e acadêmicas dos estudantes com deficiência regularmente matriculados no Curso Superior de Tecnologia em Radiologia do IFSC, foi possível construir um panorama detalhado da diversidade presente no curso. Foram obtidas informações relevantes e fatores que impactam diretamente na permanência desses estudantes na instituição. Trata-se de um estudo inédito no âmbito do IFSC, representando uma iniciativa pioneira na sistematização de dados voltados à inclusão educacional no curso em questão. A Tabela 01 demonstra o perfil da população de estudantes com deficiência atendida pelo Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) no Câmpus Florianópolis.

Tabela 01 - População de estudantes com deficiência do Câmpus Florianópolis atendidos pelo NAE, 2024

Variável	Estatística
Idade (n=211)	
Min-Máx	16-76
Mediana	31
Sexo (n=212)	
Masculino (Cis)	151 (71.23%)
Feminino (Cis)	59 (27.83%)

Homem Trans	1 (0.47%)
Mulher Trans	1 (0.47%)
Ano de ingresso no IFSC: (n=212)	
Min-Máx	2009-2024
Q1-Q3	2018-2023
Mediana	2020
Foi direcionado ao NAE após a matrícula? (n=212)	
Sim	109 (51.42%)
Não	103 (48.58%)
Caso a resposta anterior seja negativa, chegou ao NAE a partir de livre demanda? (n=212)	
Não	93 (43.87%)
Outros: por exemplo, à pedido da coordenação do Curso	60 (28.3%)
Sim	52 (24.53%)
Não se aplica	7 (3.3%)
Tipo de deficiência(s): (n=212)	
C. Deficiência Física.	76 (35.85%)
E. Transtorno do Espectro Autista.	61 (28.77%)
A. Deficiência Visual.	34 (16.04%)
B. Deficiência Auditiva.	27 (12.74%)
D. Deficiência Mental / Intelectual.	7 (3.3%)
F. Deficiência Múltipla.	6 (2.83%)
G. Outra(s).	1 (0.47%)
É reconhecido oficialmente pelo IFSC como pessoa com deficiência? (n=211)	
Sim, ingressou em ampla concorrência e após avaliação Médica informou o IFSC;	149 (70.62%)
Sim, ingressou em vaga reservada;	51 (24.17%)
Não é reconhecido oficialmente como pessoa com deficiência pelo IFSC.	11 (5.21%)
8. Quais tecnologias assistivas são necessárias para execução das tarefas com autonomia e segurança no seu ambiente educacional? (n=212)	
R. Não necessita de tecnologia assistiva	89 (41.98%)
Q. Não possui tecnologia assistiva	85 (40.09%)
P. Outros	16 (7.55%)
M. Intérprete e Tradutor de Libras	5 (2.36%)
O. Atendente pessoal/agente facilitador	5 (2.36%)
K. Sistemas acessíveis	4 (1.89%)
B. Configuração específica de monitor para pessoas de baixa visão	3 (1.42%)
H. Softwares ampliadores de tela	2 (0.94%)

L. Lupa eletrônica	2 (0.94%)
N. Guia-intérprete para surdocegos	1 (0.47%)
Enfrenta dificuldades de mobilidade devido às barreiras físicas presentes na edificação do IFSC para permanências nas aulas (teórico-práticas)? (n=212)	
Não se aplica	152 (71.7%)
Sim	34 (16.04%)
Não	26 (12.26%)
Caso sim, quais itens abaixo são necessários para garantir sua mobilidade e acessibilidade nas dependências do Campus Florianópolis? (n=212)	
F. Não se aplica	176 (83.02%)
D. Vaga de estacionamento	15 (7.08%)
E. Outros	9 (4.25%)
B. Elevador sonorizado e com braile	7 (3.3%)
A. Rampa o Banheiro acessível	3 (1.42%)
C. Plataforma elevatória o Piso tátil	1 (0.47%)
Não se aplica	
Enfrenta ou já enfrentou barreiras atitudinais durante as atividades acadêmicas? (Descrito nos atendimentos do NAE) (n=212)	
Não houve acompanhamento	154 (72.64%)
Não	42 (19.81%)
Sim	16 (7.55%)
Como as políticas públicas e legislação atual do IFSC impactam a inclusão educacional de pessoas com deficiência? (n=212)	
Não se aplica	209 (98,58%)
Não houve acompanhamento	3 (1.42%)
Existe no IFSC, Câmpus Florianópolis capacitação e formação dos profissionais da educação para as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência na escola? (n=212)	
Não se aplica	209 (98,58%)
Não houve acompanhamento	3 (1.42%)

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme apresentado na Tabela 01, ressalta-se o atendimento de duzentos e doze (212) discentes, sendo composto por 71,23% homens cis, 27,83% mulheres cis, 0,47% homens trans e 0,47% mulheres trans. As deficiências que se destacaram pelo volume populacional foram respectivamente: 35,85% com Deficiência Física (C), 28,77% com Transtorno do Espectro Autista (E), e 16,04% com Deficiência Visual (A).

Evidenciou-se uma divergência nas informações acadêmicas dos alunos com deficiência pelos diferentes setores do IFSC - Câmpus Florianópolis, o que ressalta a necessidade padronização na comunicação institucional e na forma como os dados são publicizados aos servidores e comunidade acadêmica. As diferenças encontradas tratam-se da forma de caracterização e reconhecimento do aluno com deficiência principalmente ao acesso ao IFSC. Logo, acerca da quantidade de alunos com deficiência, foram obtidos valores diferentes, de acordo com os atendimentos especializados efetuados e pela distribuição de alunos com deficiência no câmpus reconhecidas pelo IFSC no registro acadêmico central.

Levando em consideração que os meios de ingresso do IFSC são vestibular unificado UFSC/IFSC/IFC, execução da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que se interliga pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), sorteio eletrônico, testes de classificação e apresentação de projetos, dessa forma cada curso segue com determinadas formas de entrada (Instituto Federal de Santa Catarina, *s.d*.a). Com isso, a forma de entrada relaciona-se com a distribuição de vagas, sendo 50% destinados a ampla concorrência e 50% para o sistema de cotas, que incluem: candidatos com baixa renda sendo igual ou menor a um salário mínimo por pessoa (50%), autodeclarados indígenas, pardo e pretos (23,57%), quilombolas (0,06%), pessoas com deficiência (7,69%) e estudantes que estudaram todo ensino fundamental ou médio em instituição pública (68,68%) (Instituto Federal de Santa Catarina, *s.d*.b). Para que seja concedido o benefício das cotas, há uma série de orientações e diretrizes publicadas em editais. No caso do PCDs, o concorrente deve identificar qual deficiência possui e encaminhar o laudo médico para a Comissão Central de Verificação da Condição de Deficiência (Instituto Federal de Santa Catarina, *s.d*.b).

Ainda neste contexto, o Núcleo de Acessibilidade Educacional obtém registros dos serviços ofertados, como: auxílio psicopedagógico ao discente e reconhecimento do tipo de deficiência, promovendo a comunicação entre os professores e o setor de acessibilidade (Instituto Federal de Santa Catarina, 2020). Já o Registro Geral demonstra a quantificação de alunos que são reconhecidos como pessoas com deficiência no ato da matrícula. Dessa forma, foram coletados dados do NAE e do Registro Geral do IFSC, Câmpus Florianópolis, para a complementação de informações do estudo.

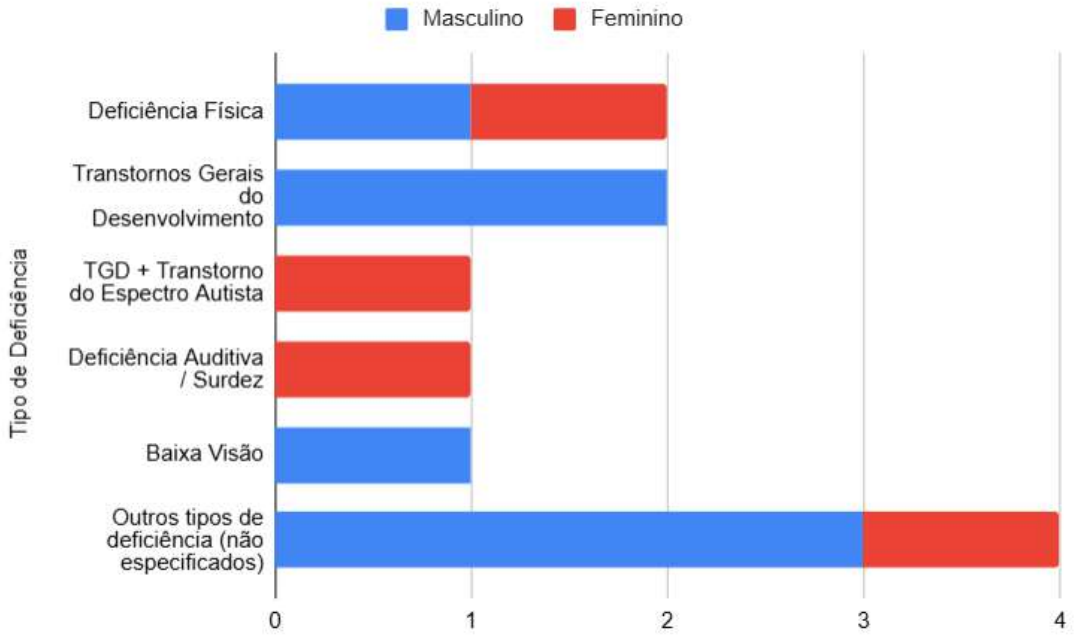
O Curso Superior de Tecnologia em Radiologia oferta quarenta (40) vagas anuais, sendo ofertadas no primeiro semestre do ano, conforme o sistema de ingresso descrito anteriormente. Conforme informado no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o curso deverá promover a acessibilidade aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto nas

legislações vigentes, entretanto, percebeu-se ao longo do estudo que tal objetivo não é devidamente atingido (Instituto Federal de Santa Catarina, 2016).

A coleta de dados registrou que o Núcleo de Acessibilidade Educacional aponta a existência de duzentos e doze (212) alunos com deficiência no IFSC, Câmpus Florianópolis, sendo apenas cinco (5) do curso de radiologia e tendo ingressado após o ano de 2021. Em contrapartida, foi evidenciado que o setor de Registro Geral aponta a presença de onze (11) matrículas caracterizadas como alunos com deficiência relacionados ao curso de Radiologia, sendo dez (10) do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia e um (1) do Mestrado em Proteção Radiológica.

O Gráfico 1 demonstra os dados coletados, sendo realizada a proporção de alunos com deficiência e sua especificação informada no ato da matrícula.

Gráfico 01 - Estudantes do CST Radiologia conforme dados do registro geral do Câmpus Florianópolis, 2024*



Nota (*): Embora o termo "TGD" tenha sido substituído pela sigla TEA, a referida instituição ainda utiliza a nomina antiga, sendo utilizado no trabalho para garantir a legitimidade das informações.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que o curso de Radiologia, apresenta em sua maioria homens com deficiência, sendo três não especificadas, dois com transtorno do desenvolvimento e um com deficiência física. Ressalta-se que a questão da inclusão nas universidades tem recebido destaque devido ao aumento do ingresso de pessoas com deficiência nas instituições, por conseguinte, deve-se

refletir sobre a acessibilidade, analisando fatores como as barreiras de transporte, arquitetônicas e de deslocamento (Lima; Carmo, 2023). O processo de inclusão torna uma sociedade mais democrática, havendo a ampliação do acesso aos direitos básicos preconizados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Entretanto, o ingresso à graduação por este grupo é considerado recente, uma vez que a ineficiência da inclusão dentro do ambiente escolar restringe sua permanência e continuidade dos estudos (Tomelin *et al*. 2018).

Destaca-se que a exigência acadêmica de docente com o discente não deve ser reduzida como forma de inclusão, mas sim fornecer acessibilidade de forma que haja equidade de oportunidades (Poker; Valentim; Garla, 2018). De acordo com Rodrigues (2004), professores devem aproveitar a "oportunidade para refletir sobre a inevitabilidade, a correção, as vias de acesso, às metodologias e a filosofia curricular e de preparação profissional das suas práticas" de modo a corresponder às particularidades exigidas por cada aluno.

Em concordância com a Tabela 01, o IFSC apresenta centenas de alunos com deficiência, recebendo uma expressiva ampliação no número ingresso devido à reivindicação do seu direito de ingressar e de permanecer nas universidades, estimulando o desenvolvimento de debates, conceitos e atitudes dos professores e servidores, impactando nas condições de acessibilidade ao ensino superior (Poker; Valentim; Garla, 2018).

Fatores como o mapeamento do ingresso e permanência desse aluno, além da prestação de serviço de apoio, auxiliam no processo de minimização de exclusão (Moreira; Bolsanello; Seger, 2011). Entretanto, a realização de tais atividades é considerada desafiadora, conforme destacado por Poker; Valentim; Garla (2018, p. 128):

> O desafio que se impõe hoje à universidade brasileira é grande, pois precisa articular a democratização do acesso a um nível de ensino que exige processo seletivo e, ao mesmo tempo, a garantia da qualidade do ensino superior a todos os alunos, inclusive aos que apresentam condições sensoriais, físicas, intelectuais, comportamentais e motoras diferenciadas e que, de alguma forma, afetam o seu processo de ensino e de aprendizagem.

Para Lima e Carmo (2023), o processo de inclusão dentro de ambientes escolares, com ênfase no ensino superior, atua para além do impacto positivo na formação, mas também no desenvolvimento social, através da participação de eventos, integração em diferentes públicos, além de reconhecimento acadêmico e profissional.

Em relação à demanda de adaptações educacionais exigidas para o cotidiano estudantil dos alunos do Câmpus Florianópolis, foi apontado que 40,09% dos mesmos não tiveram adaptações, sendo 1,89% correspondente aos alunos do CST em Radiologia, portanto, não receberam adequações no método educacional para continuidade dos estudos. Adentrando esse

tópico, é notório que há uma lacuna de acessibilidade no Instituto Federal de Santa Catarina, se relacionando diretamente com a questão da progressão da evasão escolar. O aluno não consegue se ajustar na prática estudantil devido à falta de acessibilidade fornecida pela instituição de ensino, fazendo com que as chances de permanência no ambiente estudantil diminuam.

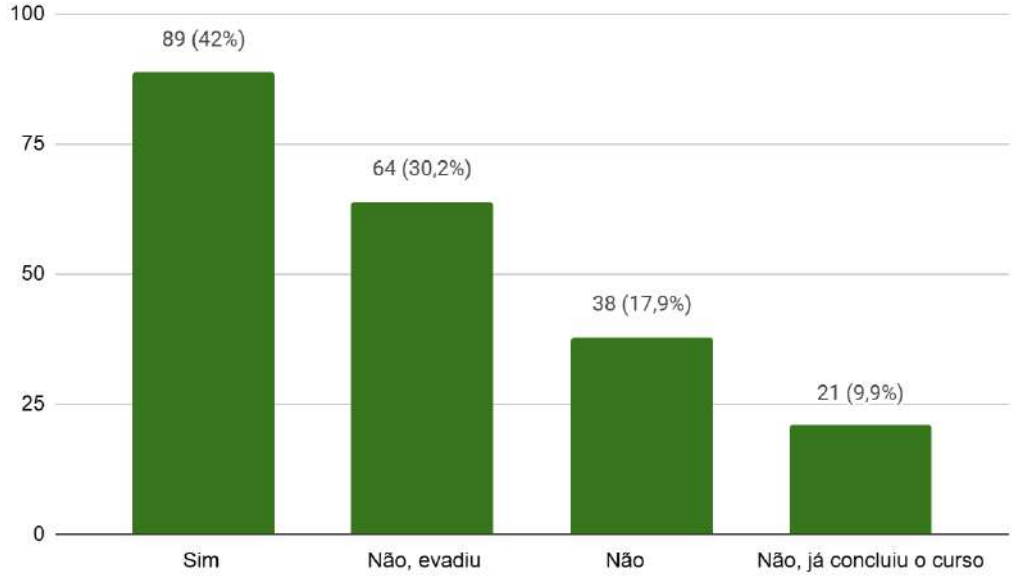
Ao longo dos anos, PCD's foram vistos como inferiores socialmente, sofrendo com reclusão, preconceito e até mesmo extermínio dentro de uma sociedade, fatores estes que interferem diretamente em sua adaptação no ambiente educacional (Santos; Gutierrez; Roble, 2019). Tais dificuldades decorrem, em grande parte, da rigidez dos modelos pedagógicos vigentes, os quais, muitas vezes, não contemplam as particularidades desses estudantes, comprometendo sua permanência e participação plena no processo de ensino-aprendizagem (Brasil, 2015).

Partindo do pressuposto de que o acolhimento institucional é uma oferta do Estado com duração delimitada, destaca-se que as instituições de ensino exercem um papel fundamental ao promoverem o acolhimento de indivíduos e/ou famílias em seu processo formativo, conforme normatizado por políticas públicas e institucionais. Esse acolhimento está ancorado em políticas públicas de inserção e integração, com base nos princípios constitucionais que visam ao desenvolvimento integral dos discentes — nos aspectos físicos, cognitivos e emocionais (Teixeira, 2024).

Como forma de inserir o aluno com deficiência na educação, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, responsável por inserir a educação especial nas escolas, permitindo o pleno acesso do estudante à socialização e escolarização. Através da resolução do Conselho Nacional de Educação 02/2001, ficou garantido aos alunos com necessidades educacionais especiais o direito de acesso e permanência no sistema regular de ensino (Brasil, 2016).

Conforme observado no Gráfico 2, 30% dos alunos com deficiência no câmpus evadem. As principais motivações da evasão escolar no ensino superior são decorrentes da questão financeira, vivência familiar, incompatibilidade horária, aspectos sociais, falta de estímulo educacional e fatores oriundos da instituição (Morosini *et.al*, 2012). Em complementação dos fatores acima, de acordo com Dias, Theóphilo e Lopes (2010), leva-se em consideração a assistência psicossocial, formação do corpo docente, formas de ingresso na instituição e a distância da instituição ao domicílio. Destaca-se ainda a relação das taxas de evasão com os de alunos regularmente matriculados, representando uma diferença de apenas 12%.

Gráfico 2 - Registro de alunos com deficiência matriculados no IFSC, Câmpus Florianópolis conforme dados do NAE, de 2009 a 2024



Fonte: Dados da pesquisa.

Após analisar o questionamento "Está regularmente matriculado?" presente no instrumento de coleta, observa-se no Gráfico 2, que apenas 9,9% dos alunos conseguiram terminar o curso escolhido, reforçando o impacto negativo da falta de inclusão na instituição.

A fim de reduzir a evasão escolar os Institutos Federais de Ensino Superior (Ifes) introduziram políticas de permanência, com ações de inclusão por meio da Portaria MEC nº 389, como o auxílio financeiro a estudantes de graduação que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especificamente indígenas e quilombolas (Instituto Federal de Santa Catarina, 2020).

A criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015) foi um importante marco para o PCD, pois reconhece a pessoa com deficiência como um sujeito de direitos e estabelece medidas para eliminar barreiras e discriminações, garantindo o pleno acesso à educação, saúde, trabalho, lazer, entre outros. No âmbito educacional, a lei assegura o direito à educação inclusiva em escolas regulares e o acesso ao atendimento educacional especializado quando necessário, além de incentivar a formação de professores para lidar com a diversidade. Para isso, é fundamental que os docentes sejam capacitados constantemente, fazendo com que estejam atualizados para aplicar o método educacional adequado para cada tipo de deficiência.

Tendo em vista a concretização da educação inclusiva, é fundamental que haja a capacitação da equipe multidisciplinar pedagógica, com intuito de desenvolvimento de

aprendizagem teórica e prática atendendo às necessidades do aluno. Essa temática foi inicialmente contemplada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), descrevendo sobre a obrigatoriedade das atribuições do professor para atuar na educação especial, devendo possuir formação pedagógica geral e a específica na área de inclusão, tornando-se responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) em forma visual, oral e escrita (Brasil, 2008).

De acordo com os autores Moreira, Bolsanello e Seger (2011), a discussão e sensibilização a respeito da temática inclusiva é essencial em uma equipe multidisciplinar, como em instituições de ensino, através da formação de sujeitos inclusivos, capazes de trabalhar em equipe, ocorrerá a efetiva inclusão destes estudantes. Para adentrar na carreira da área especializada, é necessário atender os determinados critérios, de acordo com a base da Lei nº 9.394 de 1996:

> Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:
>
> [...]
>
> II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
>
> III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.
>
> [...]
>
> Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.
>
> Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.
>
> Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.
>
> Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:
>
> I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
>
> II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
>
> III - piso salarial profissional;
>
> IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
>
> V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho (Brasil, 1996).

Para fomentar a temática sobre inclusão no ensino superior e promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nos IFES, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), criou o Programa INCLUIR - Acessibilidade na Educação Superior a fim de consolidar a formação dos Núcleos de Acessibilidade, eliminando barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos (Brasil, 2013).

Ao estudar as políticas de inclusão do IFSC e analisar os dados obtidos, foi percebido uma lacuna do conhecimento dentro do ambiente educacional. Tendo em vista a falta de material didático-pedagógico inclusivo implementado na instituição, surgiu a necessidade do desenvolvimento de um conteúdo acessível para pessoas atípicas e com múltiplas deficiências, com intuito de direcionar o aluno ao ambiente que ele frequentará, como as salas de aula, núcleos de apoio a pessoas com deficiência, programas de auxílio e entre outras questões.

Como forma de informar os estudantes do Departamento Acadêmico de Saúde de forma prática e eficaz, foi elaborado uma Cartilha do Estudante (Apêndice C), estimulando o acesso igualitário às informações dentro da sociedade, combatendo o acesso segregador no meio educacional desde o ingresso à formação na instituição, assim, influenciando na regressão da evasão escolar e fazendo com que aumente a porcentagem de pessoas com deficiência que possuem ensino superior completo.

Figura 1 – Capa da Cartilha do Estudante, 2025



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Figura 2 – Laboratórios de Técnicas Radiológicas e Radiologia Odontológica, 2025



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A cartilha conta com informações relevantes para a formação acadêmica do discente, como: Sistemas de ensino utilizadas no percurso acadêmico; mapa do câmpus com orientações das localizações do DAS, NAE e laboratórios dos cursos; meios de comunicação da instituição e coordenações referentes ao Departamento Acadêmico de Saúde; formas de acesso aos auxílios ofertados pelo IFSC; além de informações sobre a participação em eventos acadêmicos, atividades extracurriculares, grupos de pesquisa e atlética IFSC.

Por fim, o material será disponibilizado aos alunos através do compartilhamento online e através de cópias físicas que serão entregues à coordenação do DAS, sendo de fácil acesso a todo o público que frequenta o espaço.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo demonstrou de forma clara como as barreiras atitudinais estão presentes no cotidiano do aluno com deficiência dentro da instituição analisada, sendo observado que mais de 40% dos dados apontaram que os alunos não receberam acompanhamento registrado pelo NAE, influenciando diretamente na percepção institucional quanto a esse público.

Ressalta-se que o estudo das políticas institucionais associadas à pessoa com deficiência no Brasil demonstra uma preocupação social com o desenvolvimento de jovens e adultos no ambiente educacional. A pauta torna-se fundamental para o acolhimento do discente, garantindo o acesso aos seus direitos, como acessibilidade no ambiente estudantil, conforme preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão.

Nota-se ainda a falta de capacitação dos profissionais da educação para lidar com barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência devido à escassez de ações de acessibilidade nas instituições. Assim, esse empecilho é impactado negativamente no percurso acadêmico do estudante, sendo observados negligência e/ou despreparo com os alunos que necessitam de um atendimento individualizado ou diferenciado.

Dessa forma, destaca-se a necessidade da elaboração e a aplicação de protocolos públicos impostos pelo governo federal brasileiro, assim como o cumprimento de legislações internas dos IFES quanto ao sentido da pesquisa, promovendo a garantia de acessibilidade ao estudante e o aprimoramento das práticas pedagógicas na temática de inclusão pelos profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

BECKER, C.; ANSELMO, A.G. **Modelo social na perspectiva da educação inclusiva.** Revista Conhecimento Online, Novo Hamburgo, ed. 12, v. 1, p. 91-108, 2020. Disponível em: https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/1854/2457. Acesso em: 09 jun. 2025

BOFF, A.P.; MACHADO, A.B. **Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação.** Educar em Revista, Curitiba, v. 40, e. 85133, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/PSzsBQhDNrRkQNkStgSsGbQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 09 jun. 2025

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** 2016. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTI%C3%87A%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf. Acesso em: 09 jun. 2025

BRASIL. **Documento Orientador Programa INCLUIR - Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESu–2013**. Ministério da Educação. 2022. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013.** Institui o Programa Bolsa Permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/docman/programas-e-acoes/programa-bolsa-permanencia/68911-portaria-389-09052013/file. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. **Protagonismo juvenil: inclusão social.** 2007. Ministério da Educação.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2009-pdf/2183-4-inclusao-social-juvenil-pdf/file. Acesso em: 11 jun. 2025.

COELHO, I. C. M. M. et al. **Como redigir um artigo original.** Revista Brasileira de Educação Médica, ed. 45, v. 1, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/a/DZgt9S5xsxqqsP9q3pdGXtL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 7 jun. 2025.

DIAS, E.C.M.; THEÓPHILO, C.R.; LOPES, M.A.S. **Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – MG.** Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2010. Disponível em: https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos102010/419.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. (org.). **Como posso estudar no IFSC?** Santa Catarina, [*s.d*b.]. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/como-posso-estudar-no-ifsc-. Acesso em: 06 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. (org.). **Cotas: entenda o sistema de cotas no IFSC.** Santa Catarina, [*s.d*a.]. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/cotas#:~:text=O%20IFSC%20reserva%2050%25%20das,%C3%A0s%20vagas%20da%20ampla%20concorr%C3%AAncia. Acesso em: 06 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. (org.). **Formulário de aprovação do curso e autorização da oferta: Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Radiologia.** Florianópolis, 2016. Disponível em: https://sigaa.ifsc.edu.br/sigaa/verProducao?idProducao=136206&key=ff780ba2fc8e7b757d1dd6b0bf162696. Acesso em: 01 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. (org.). **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (PDI) 2020-2024.** Santa Catarina, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1XiW-Iox93MuAimDCT2BcZTfrGfG0nC1T/view. Acesso em: 01 jun. 2025.

LIMA, A.T.; CARMO, M.A.A. **Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência.** Revista Educação e Políticas em Debate, v. 12, n. 3, p. 1132-1150, 2023. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/68708/36378. Acesso em: 11 jun. 2025

MOREIRA, L.C.; BOLSANELLO, M.A.; SEGER, R.G. **Ingresso e permanência na universidade: alunos com deficiências em foco.** Educar em Revista, Editora UFPR, Curitiba, n. 41, p. 125-143, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/RmyQMDhnxLSdSfMw7n6WjzH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 07 jun. 2025

MOROSINI, M.C. et al. **A evasão na educação superior no Brasil: uma análise da**

produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. Repositório Institucional PUCRS, 2012. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8762/2/A_evasao_na_Educacao_Superior_no_Brasil_uma_analise_da_producao_de_conhecimento_nos_periodicos_Qualis_entre_2000_2011.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025

ONU. **Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência Mental**: 22 de dezembro de 1971. Nova Iorque, 1971. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_dos_direitos_de_pessoas_com_deficiencia_mental_de_22_12_1971.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

POKER, R.B.; VALENTIM, F.O.D.; GARLA, I.A. **Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo.** Revista Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, p. 127-134, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/677qhyPHcwGg7yYPQ69xVVd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 07 jun. 2025

RODRIGUES, D. **A inclusão na universidade: limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva.** Revista Educação Especial, v. 23, p. 9-15, 2004. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4951/2980. Acesso em: 09 jun. 2025

SANTOS, C.M.; MACHADO, M.F.R.C. **Educação Inclusiva: do que estamos falando?** Paraná: Instituto Federal do Paraná, 2021. 47 p. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/642997/2/E-book_Educa%C3%A7%C3%A3o_Inclusiva-camila_m_santos.pdf. Acesso em: 03 mai. 2025.

SANTOS, R.F.; GUTIERREZ, G.L.; ROBLE, O.J. **Dança para pessoas com deficiência: um possível elemento de transformação pessoal e social.** Universidade Estadual de Campinas. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 41, ed. 3, p. 271-276, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbce/a/hCQzWtCKWvgJwZzp9rYkbjQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso: 01 jun. 2025

TEIXEIRA, M.; WIEZZEL, A.C.S. **Acolhimento escolar e inclusão de crianças em situação de refúgio nos anos iniciais do ensino fundamental.** Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 6, n. 4, 2024. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/879/1401. Acesso: 02 jun.2025

APÊNDICES

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CAMPUS FLORIANÓPOLIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Pesquisador: Juliana dos Santos Müller

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 81621524.2.0000.0185

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.001.305

Apresentação do Projeto:

A inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional representa um passo significativo na direção da igualdade de oportunidades e o notório Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), representa um marco na garantia dos direitos e na promoção da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade brasileira, emergindo como uma pauta essencial e transformadora (BRASIL, 2015). Outro marco legal de relevância e anterior à Lei Brasileira de Inclusão, à denominada: Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), é uma legislação fundamental para assegurar os direitos e promover a inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil. Ambas as legislações visam assegurar a igualdade de oportunidades, a acessibilidade, a eliminação de barreiras e a promoção da participação plena e efetiva dessas pessoas em todos os aspectos da vida social, política, econômica e cultural (BRASIL,2012). Esse movimento não apenas busca garantir o acesso equitativo à educação para todos, mas também promover uma sociedade mais justa e igualitária. A inclusão educacional é muito mais do que simplesmente a integração de alunos com deficiência em salas de aula convencionais; trata- se de reconhecer e valorizar a diversidade humana em sua totalidade. Explorar a importância da inclusão de pessoas com deficiência no contexto educacional, destacando os benefícios para os próprios alunos com deficiência, para seus colegas sem deficiência e para a

sociedade como um todo. Além disso, é requerido o papel fundamental e atualizado dos educadores, das políticas educacionais e da sociedade em geral na promoção de uma cultura inclusiva nas instituições de ensino. Neste contexto, proporcionar um ambiente educacional acessível e acolhedor para todos os alunos é um imperativo moral é um direito fundamental. Ademais, a inclusão beneficia não apenas os alunos com deficiência, mas toda a comunidade escolar, ao promover uma cultura de respeito, empatia e cooperação. No entanto, apesar dos avanços alcançados, ainda há muitos desafios a enfrentar no caminho rumo à plena inclusão educacional. Barreiras físicas, atitudinais e sociais persistem e precisam ser superadas. Isso requer o engajamento de todos os atores envolvidos no processo educacional, desde os educadores e gestores escolares até os formuladores de políticas públicas e a sociedade em geral. Portanto, se faz necessário sensibilizar sobre a importância da inclusão de pessoas com deficiência no ambiente educacional, mas também inspirar ações concretas que promovam a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade em todas as esferas da vida escolar e social. Ao reconhecer e valorizar as habilidades e potenciais de cada indivíduo, estamos construindo um futuro mais inclusivo e humano para todos. Dentro deste contexto, o referido projeto de pesquisa tem como objetivo analisar a política educacional de inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Câmpus Florianópolis.

Metodologia Proposta:
Esta proposta de investigação utilizará dois componentes metodológicos: um quantitativo e outro qualitativo. Na vertente quantitativa de investigação a mesma será realizada a partir de desenho de estudo do tipo transversal para caracterização dos estudantes com deficiência e sua formação acadêmica e os indicadores elencados nos objetivos específicos (b,c). A abordagem qualitativa também foi considerada adequada a essa pesquisa pela sua aplicação em estudos que pretendem entender fenômenos em profundidade, que buscam captar percepções e subjetividade de seres humanos, para responder, em especial, aos objetivos específicos (a,d,e,f) que também serão seguidos os pressupostos desta metodologia.
Na perspectiva deste estudo não haverá participação direta dos alunos com deficiência. Para o seguimento dos objetivos elencados será iniciada a pesquisa a partir de análise documental para construção da síntese dos marcos legais institucionais, seguidos dos dados dos alunos com deficiência regularmente matriculados a partir do banco de informações públicas/oficiais (população finita) de maneira anonimizada. Com base nestes documentos será analisado o perfil sociodemográfico e acadêmico dos estudantes com deficiência de maneira censitária

correspondente aos anos de 2020 e 2024, o total à priori de 100 estudantes. Para responder os outros objetivos específicos serão utilizadas as informações técnicas do acompanhamento discente realizado no NAE. Uma vez que será utilizada a perspectiva qualitativa, a técnica de amostragem apropriada é a não probabilística. Como critério de suficiência será utilizada a saturação de dados. O referido estudo ocorrerá nas dependências do Câmpus Florianópolis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. O Núcleo de Acessibilidade Estudantil será o local com a maior proposição de investigação. Na primeira etapa da coleta de dados será realizado um levantamento documental relativo às políticas de inclusão e realização da análise dos
Projetos Pedagógicos dos Cursos e suas grades curriculares oferecidas no Câmpus Florianópolis. A segunda etapa ocorrerá concomitante, com o compilado das informações fornecidas pela Instituição de maneira anonimizada acerca dos estudantes com deficiência do Câmpus Florianópolis e suas características;
O instrumento utilizado para coleta de dados, trata-se de um questionário semiestruturado (check-list) com as informações básicas necessárias para reconhecimento desta população (adaptado do Programa Integra desenvolvido pelo Poder Judiciário de Santa Catarina).

Objetivo da Pesquisa:
Objetivo Primário:
Analisar a política educacional de inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Campus Florianópolis.

Objetivo Secundário:
a) Revisar os marcos institucionais acerca dos critérios de inclusão nos documentos norteadores dos cursos;
b) Identificar o perfil sociodemográfico e acadêmico dos estudantes com deficiência do Câmpus Florianópolis;
c) Avaliar o acesso aos recursos, tecnologias assistivas e serviços de apoio dos estudantes com deficiência do Câmpus Florianópolis;
d) Mapear as barreiras e desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência do Câmpus Florianópolis;
e) Propor estratégias de apoio e capacitação para comunidade acadêmica e externa;
f) Elaborar recomendações acerca dos critérios de inclusão nos documentos norteadores do Câmpus Florianópolis;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Toda pesquisa científica com seres humanos direta ou indiretamente possui riscos de gradações variadas. Nesta proposta de pesquisa não será realizada diretamente com pessoas com deficiência e sim a partir de seus dados educacionais anonimizados. Além disso, existe a possibilidade remota de quebra de sigilo, mesmo que involuntária e não intencional, e suas potenciais consequências na vida pessoal e acadêmica dos participantes. Salienta-se que em todas estas etapas um membro da pesquisa juntamente com a coordenação acompanhará à coleta de dados. Mesmo assim, se for necessário poderá entrar em contato a coordenadora geral desta pesquisa, a Professora Juliana dos Santos Müller, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Câmpus Florianópolis, telefone: (48) 99145-6173.

Atentando aos itens descritos esta pesquisa se orientará e obedecerá aos cuidados éticos colocados pela Resolução nº 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, considerando o respeito aos informantes participantes de todo o processo investigativo, observadas as condições de:

§ garantia de confidencialidade e proteção da imagem institucional. Salienta-se que os resultados do presente estudo poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, no entanto será mantida a confidencialidade a qualquer informação relacionada à sua privacidade;

§ respeito a valores individuais e/ou institucionais manifestos, sejam de caráter religioso, cultural ou moral;

§ amplo acesso a qualquer informação acerca do estudo;

§ os registros, anotações coletadas ficarão sob a guarda da pesquisadora principal por 5 anos. Só terão acesso aos mesmos os pesquisadores envolvidos;

§ garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Benefícios:

Possibilitar uma densa reflexão sobre a inclusão das pessoas com deficiência com a possibilidade de contribuição dos resultados dessa pesquisa para a tomada de decisão das instituições formadoras, mostrando caminhos para boas práticas de ensino. Além disso, os achados deste estudo tendem a favorecer a regulamentação institucional a partir das reflexões acerca das competências e necessidades apontadas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa atende a necessidade de verificação das exigência e aplicabilidade legais no IFSC, câmpus Florianópolis, sobre as leis de inclusão, igualdade e acessibilidade. A partir daí, poderão ser tomadas decisões de revisões e inclusão de procedimentos necesários para a melhoria do atendimento aos estudantes que se enquadram no tema da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE não apresentado, pois trabalha-se com dados dos estudantes, sem identificá-los e sem entrevista.
Termo de Sigilo e Confidencialidade apresentado
Folha de rosto apresentada com anuência do câmpus Florianópolis.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa ¿ CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.° 510, de 2016, na Resolução CNS n.° 466, de 2012, e na Norma Operacional n.° 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto. Ao final do projeto deverá ser enviado relatório final conforme modelo disponível no site do CEPSH-IFSC.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2329511.pdf	01/07/2024 14:58:48		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2329511.pdf	23/04/2024 11:25:53		Aceito
Declaração de concordância	Pesquisa_nao_iniciada.pdf	23/04/2024 11:24:48	Juliana dos Santos Müller	Aceito
Declaração de concordância	Pesquisa_nao_iniciada.pdf	23/04/2024 11:24:48	Juliana dos Santos Müller	Postado
Declaração de Pesquisadores	membros_de_pesquisa.pdf	23/04/2024 11:24:34	Juliana dos Santos Müller	Aceito
Declaração de Pesquisadores	membros_de_pesquisa.pdf	23/04/2024 11:24:34	Juliana dos Santos Müller	Postado



Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	22/04/2024 16:29:50	Juliana dos Santos Müller	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	22/04/2024 16:29:50	Juliana dos Santos Müller	Postado
Outros	Termo_de_Sigilo_e_Confidencialidade.pdf	22/04/2024 15:15:48	Juliana dos Santos Müller	Aceito
Outros	Termo_de_Sigilo_e_Confidencialidade.pdf	22/04/2024 15:15:48	Juliana dos Santos Müller	Postado
Outros	recursos_proprios.pdf	22/04/2024 15:05:17	Juliana dos Santos Müller	Aceito
Outros	recursos_proprios.pdf	22/04/2024 15:05:17	Juliana dos Santos Müller	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Dispensa_TCLE.pdf	22/04/2024 14:53:43	Juliana dos Santos Müller	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Dispensa_TCLE.pdf	22/04/2024 14:53:43	Juliana dos Santos Müller	Postado
Outros	Instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	22/04/2024 14:48:29	Juliana dos Santos Müller	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	22/04/2024 14:48:29	Juliana dos Santos Müller	Postado
Orçamento	Orcamento.pdf	22/04/2024 14:47:09	Juliana dos Santos Müller	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	22/04/2024 14:47:09	Juliana dos Santos Müller	Postado
Cronograma	Cronograma.pdf	22/04/2024 14:46:49	Juliana dos Santos Müller	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	22/04/2024 14:46:49	Juliana dos Santos Müller	Postado
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_Analise_Politica_educacional.pdf	22/04/2024 14:42:42	Juliana dos Santos Müller	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_Analise_Politica_educacional.pdf	22/04/2024 14:42:42	Juliana dos Santos Müller	Postado

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

FLORIANOPOLIS, 12 de Agosto de 2024

Assinado por:
VANESSA LUIZA TUONO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 14 de julho n°150
Bairro: Florianópolis **CEP:** 88.075-010
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3877-9078 **E-mail:** cepsh@ifsc.edu.br

APÊNDICE B - INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS

1. Idade:

2. Sexo:
A. Feminino (Cis)
B. Masculino (Cis)
C. Não binário
D. Homem Trans
E. Mulher Trans

3. Está regularmente matriculada/o?
A. Sim, possui matrícula ativa
B. Não, já concluiu o curso
C. Não, evadiu

4. Curso que frequenta no IFSC:

5. Ano de ingresso no IFSC:

6. Foi direcionado ao NAE após a matrícula?
A. Sim
B. Não

7. Caso a resposta anterior seja negativa, chegou ao NAE a partir de livre demanda?
A. Sim
B. Não
C. Outros: por exemplo, a pedido da coordenação do Curso

8. Tipo de deficiência(s):
A. Deficiência Visual. Especifique:
B. Deficiência Auditiva. Especifique:
C. Deficiência Física. Especifique:
D. Deficiência Mental / Intelectual. Especifique:
E. Transtorno do Espectro Autista. Especifique:
F. +:
G. Outra(s). Especifique:

9. É reconhecido oficialmente pelo IFSC como pessoa com deficiência?
A. Sim, ingressou em vaga reservada;
B. Sim, ingressou em ampla concorrência e após avaliação Médica informou o IFSC;
C. Não é reconhecido oficialmente como pessoa com deficiência pelo IFSC.

10. Quais tecnologias assistivas são necessárias para execução das tarefas com autonomia e segurança no seu ambiente educacional?
A. Software de voz / leitor de tela;
B. Configuração específica de monitor para pessoas de baixa visão;
C. Monitores maiores;

D. Scanner de mesa;
E. Impressora em Braille;
F. Linha Braille;
G. Ampliadores de mesa;
H. Softwares ampliadores de tela;
I. Telefone via IP para pessoas com deficiência motora;
J. Leitor ótico;
K. Sistemas acessíveis;
L. Lupa eletrônica;
M. Intérprete e Tradutor de Libras;
N. Guia-intérprete para surdocegos;
O. Atendente pessoal/agente facilitador;
P. Outros;
Q. Não possui tecnologia assistiva;
R. Não necessita de tecnologia assistiva.

11. Caso tenha assinalado "Outros" na questão anterior, especifique a tecnologia assistiva necessária:

12. Enfrenta dificuldades de mobilidade devido às barreiras físicas presentes na edificação do IFSC para permanências nas aulas (teórico-práticas)?
A. Sim;
B. Não;
C. Não se aplica.

13. Caso sim, quais itens abaixo são necessários para garantir sua mobilidade e acessibilidade nas dependências do Campus Florianópolis?
A. Rampa com banheiro acessível;
B. Elevador sonorizado e com braille;
C. Plataforma elevatória com piso tátil;
D. Vaga de estacionamento;
E. Outros;
F. Não se aplica.

14. Caso tenha assinalado algum item na questão anterior, especifique a localização (edificação, pavimento e nº da sala/ambiente/Curso) onde a acessibilidade/ adaptação deve ser promovida:

15. Enfrenta ou já enfrentou barreiras atitudinais durante as atividades acadêmicas? (Descrito nos atendimentos do NAE)
A. Sim;
B. Não;
C. Não houve acompanhamento.

16. Quais são os principais desafios enfrentados no acesso à educação escolar no IFSC? (Descrito nos atendimentos do NAE)

17. Foram demonstrados obstáculos pelos educadores na inclusão efetiva de alunos com deficiência nas salas de aula regulares? (Descrito nos atendimentos do NAE)

18. Como as políticas públicas e legislação atual do IFSC impactam a inclusão educacional de pessoas com deficiência?

19. Existe no IFSC, Câmpus Florianópolis capacitação e formação dos profissionais da educação para as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência na escola?

INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina



CARTILHA
DO ESTUDANTE

Bem-vindo(a) à nossa instituição!

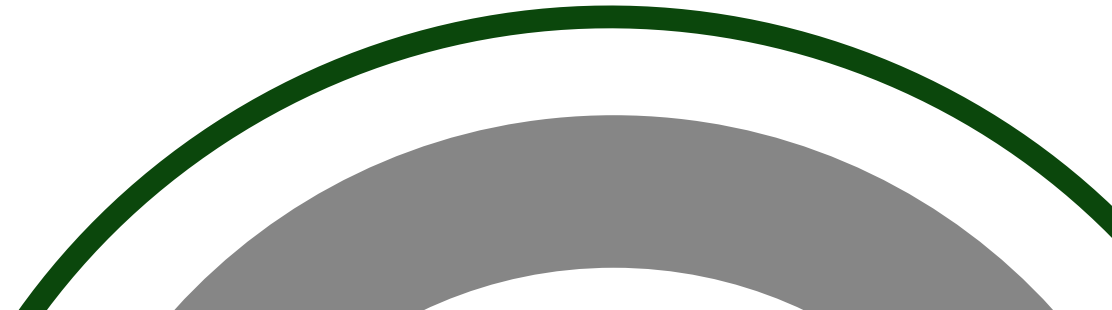
É com grande satisfação que recebemos você nesta nova etapa de sua trajetória acadêmica. Esta cartilha foi elaborada com o propósito de contribuir para sua adaptação, reunindo as informações mais relevantes sobre o funcionamento da instituição. Nela, estão disponíveis orientações sobre o acesso aos sistemas digitais de ensino, a localização das salas e demais ambientes, bem como explicações referentes aos procedimentos de matrícula, entrega de documentos, validação de disciplinas e horários de atendimento extraclasse. Apresentamos ainda, a grade curricular do curso, o Projeto Pedagógico (PPC) e os principais serviços oferecidos, como atendimento básico de saúde, além de oportunidades em projetos de pesquisa, estágios, bolsas e programas de intercâmbio.

Organizadoras

CAMILLE OLIVEIRA MACHADO
JULIANA DOS SANTOS MÜLLER
LARISSA PALHANO DA SILVA BLASIUS
PATRÍCIA FERNANDA DOROW

Design Instrucional e Diagramação

DANIELA VIVIANI



Sumário

1. INFORMAÇÕES 04
1.1 CALENDÁRIO ACADÊMICO 04
1.2 SIGAA 05
1.3 MOODLE 06

2. ESCLARECENDO TERMOS 07
3. CONHECENDO O CÂMPUS 09
4. PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL 12
5. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO 15
6. DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE SAÚDE - DAS 16
7. VAMOS NOS LOCALIZAR 17
8. FLUXOGRAMA - SERVIDORES DO DAS 18
9. ALÉM DA SALA DE AULA 19
10. CANAIS DE COMUNICAÇÃO 22
11. TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ENFERMAGEM 23
12. TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO 25
13. TÉCNICO SUBSEQUENTE EM METEOROLOGIA 27
14. SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA 29
15. MENSAGEM FINAL 34

Informações

Fique por dentro das datas de início e término das aulas, feriados e férias do Câmpus.

CLIQUE AQUI **CALENDÁRIO ACADÊMICO**

Cronograma oficial que estabelece a programação das atividades letivas do Instituto Federal de Santa Catarina, contemplando datas do período letivo, recessos, prazos para matrícula, avaliações e demais eventos acadêmicos.

Sistemas

CLIQUE AQUI **SIGAA**

Plataforma digital que centraliza a administração acadêmica, abrangendo matrículas, controle de frequência, lançamento de notas, disponibilização de materiais didáticos e comunicação entre a comunidade acadêmica e docente.

Você tem disponível um manual em PDF com orientações completas sobre como utilizar o SIGAA.

PDF

CLIQUE AQUI **Manual PDF**

Ficou com alguma dúvida? Aponte a câmera para este QR code e assista um vídeo com instruções detalhadas sobre como acessar o SIGAA.

Sistemas

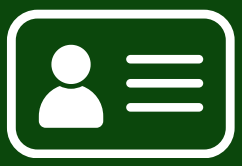
CLIQUE AQUI **MOODLE**

Programa digital de aprendizagem, amplamente utilizado por instituições de ensino para oferecer suporte a complementar o ensino presencial. Ele permite a disponibilização de conteúdos educacionais, bem como a interação entre alunos e professores por meio de fóruns, atividades avaliativas e outros recursos didáticos.

Ficou com alguma dúvida? Aponte a câmera para este QR code e assista um vídeo com instruções detalhadas sobre como acessar o MOODLE.

Vamos
ENTENDER ALGUNS TERMOS?





Cartão de identificação (usado nos estágios)

Comprova o vínculo do estudante com a instituição de ensino, garantindo sua legitimidade para atuar no ambiente profissional. Além disso, contribui para a segurança e organização das atividades.



Rematrícula

Ocorre semanas antes do início do semestre letivo, assim é comunicada previamente pela coordenação do curso por meio do SIGAA.



Validação de matérias

É utilizada por alunos que já realizaram a matéria em outro período ou em outra instituição e segue um cronograma específico estabelecido em edital da instituição, contemplando prazos para inscrição, envio de documentos, divulgação de resultados e demais etapas do processo;



Atividades complementares

São experiências extracurriculares que enriquecem a formação acadêmica dos alunos, permitindo o desenvolvimento de habilidades além da sala de aula. No Curso Superior de Tecnologia em Radiologia, as regras e diretrizes para essas atividades estão detalhadas no documento "Regulamento para Atividades Complementares", elaborado com base no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Essas atividades podem incluir participação em eventos científicos, cursos, palestras, projetos de pesquisa, entre outras ações que contribuam para a formação profissional do estudante.;



Atendimento extraclasse dos professores

É um suporte acadêmico oferecido aos alunos para esclarecer dúvidas e aprofundar conteúdos fora do horário regular das aulas. Cada professor disponibiliza dias e horários específicos para esses atendimentos, que podem ser consultados no SIGAA ou Moodle, onde as informações são atualizadas com os horários e dias da semana definidos.



Vamos

CONHECER O CÂMPUS?



Setor de atendimento - Atenção básica

O setor de atendimento localiza-se na sala B010 e destina-se à prestação de cuidados de saúde de baixo risco, voltados a docentes e discentes da instituição. As atividades realizadas possuem fins curativos, incluindo atendimentos clínicos e a prescrição de medicamentos, com abordagem biopsicossocial.

- Sala B010
- Atendimento de baixo risco
- Para docentes e discentes
- Fins curativos
- Atendimento e prescrição de medicamento
- Biopsicossocial
- Horários de atendimento:

Equipe de Enfermagem (5 membros): Segunda-feira a sexta-feira das 07h30min às 21h.

Equipe Médica: Segunda-feira e quarta-feira das 12h às 18h; terça-feira, quinta-feira e sexta-feira das 07h às 13h.

Laboratórios

Para os conhecimentos práticos dos cursos do Departamento de Saúde (Das) são utilizados os laboratórios disponíveis na instituição, dentre eles: Radiologia Convencional, Mamografia, Densitometria Óssea, Imagenologia, Anatomia, Proteção Radiológica, Radiologia Odontológica, Semiotécnica, Modelos e Simulações e de Suporte Básico à Vida, Informática, Equipamentos técnicos, Primeiros socorros, Aplicativos Meteorológicos, Instrumentação Meteorológica, Estação Meteorológica.

Ginásio

Uso disponível para alunos e membros da atlética.

Alimentação

O IFSC conta com uma lanchonete terceirizada e pelo benefício do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o qual oferece alimentos gratuitos durante os intervalos das aulas (matutino, vespertino e noturno).

Centro Acadêmico

Os cursos de graduação possuem espaços para descanso e convivência entre os discentes. Está localizado na primeira casa de madeira, próximo ao NAE.

Colegiados

O discente pode atuar como voz ativa dentro da instituição como forma de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela execução das políticas do IFSC. Para participar basta ficar atento aos prazos e editais compartilhados via SIGAA.

Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE)

A educação é um direito de todos e o atendimento às especificidades das pessoas que fazem parte do público-alvo da Educação Especial é uma garantia prevista na legislação brasileira.

Veja o contato do Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) do seu câmpus.

- Sala L001
- Público alvo: Estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades/superdotação.

(48) 3211-6145

nae.fln@ifsc.edu.br

CLIQUE AQUI **e saiba mais...**



Programas

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Alimentação Estudantil

Garantia dos estudantes tenham acesso à alimentação adequada, em quantidade e qualidade.

Acompanhamento Acadêmico e Suporte ao Ensino

Proporciona suporte pedagógico ao processo de ensino-aprendizagem, visando ao aprimoramento do desempenho acadêmico.

Atendimento aos Filhos dos Estudantes

Oferece apoio e atendimento aos filhos dos estudantes durante o período em que estão envolvidos em atividades acadêmicas.

Desenvolvimento Técnico-Científico

Fomenta o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes por meio de bolsas de estudo, participação em eventos técnico-científicos e apoio a publicações científicas.

Incentivo à Participação Político-Acadêmica



Promove o envolvimento dos estudantes em questões políticas e acadêmicas, preparando-os para o exercício da cidadania.

Iniciação ao Mundo do Trabalho



Facilita a integração dos estudantes ao mercado de trabalho, oferecendo experiências práticas relacionadas à sua formação acadêmica, por meio de estágios obrigatórios e não obrigatórios.

Moradia Estudantil



Oferece suporte para garantir moradia adequada aos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, durante seu período estudantil.

Saúde e Apoio Psicossocial



Desenvolve ações voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e ao atendimento emergencial dos discentes, além de oferecer suporte psicossocial.

Cultura, Arte e Esporte



Incentiva a participação dos estudantes em atividades culturais, artísticas e esportivas, promovendo a ampliação de seus horizontes socioculturais.

Assistência Estudantil

Quer saber mais?

Veja como funcionam as ações da Assistência Estudantil

CLIQUE AQUI



RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº 001/2010

Regulamenta a Assistência Estudantil do Instituto Federal de Santa Catarina



CLIQUE AQUI para baixar o arquivo



PPC
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Para acessar os PPC dos cursos, clique nos links a seguir.

SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM RADIOLOGIA

TÉCNICO SUBSEQUENTE EM METEOROLOGIA

TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SEGURANÇA DO TRABALHO

TÉCNICO SUBSEQUENTE EM ENFERMAGEM

Monitorias

Para encontrar o edital de abertura de vagas para monitoria, acesse o link a seguir. Outra opção é entrar no site do IFSC Câmpus Florianópolis, clicar na aba "Estudantes", depois em "Oportunidades" e, por fim, em "Editais do Câmpus".

CLIQUE AQUI
Editais do Câmpus Florianópolis

Plano de ensino

O plano de ensino de cada disciplina pode ser acessado no Moodle ou no SIGAA, conforme o sistema utilizado pelo professor para ministrar as aulas.

Conselho de classe

Ocorre semestralmente, com o objetivo de discutir melhorias, sugestões e pontos positivos relacionados à infraestrutura do IFSC, à oferta das disciplinas e ao desempenho dos docentes.

Coordenação

Responsável pela administração dos cursos, realiza o cadastro da catraca, deferimento/indeferimento e trancamento de matrícula.

DAS

Departamento Acadêmico de Saúde

Constitui-se por diversos cursos na área da saúde e meteorologia, incluindo uma infraestrutura rica em laboratórios equipados para aulas práticas.

CLIQUE AQUI
e confira todos os cursos ofertados pelo departamento



Técnicos

- Técnico Subsequente em Enfermagem
- Técnico Subsequente em Meteorologia
- Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho

Superiores

- Superior de Tecnologia em Radiologia

Especializações

- Gestão em Saúde EAD

Mestrados

- Clima e Ambiente
- Proteção Radiológica

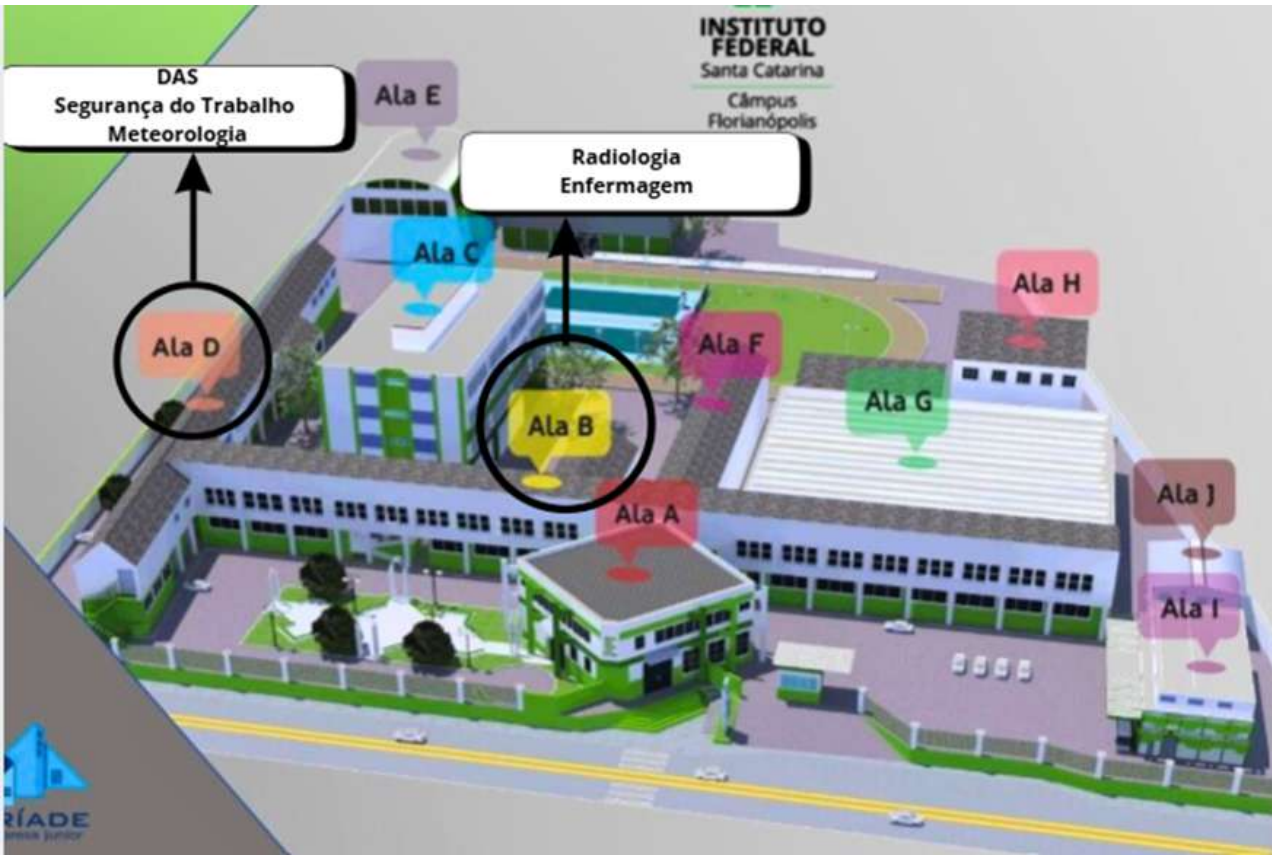
Se você é aluno de um desses cursos, então você faz parte do departamento DAS.

(48) 3211-6054 ou (48) 3211-6079

Registro Acadêmico: dass.fln@ifsc.edu.br

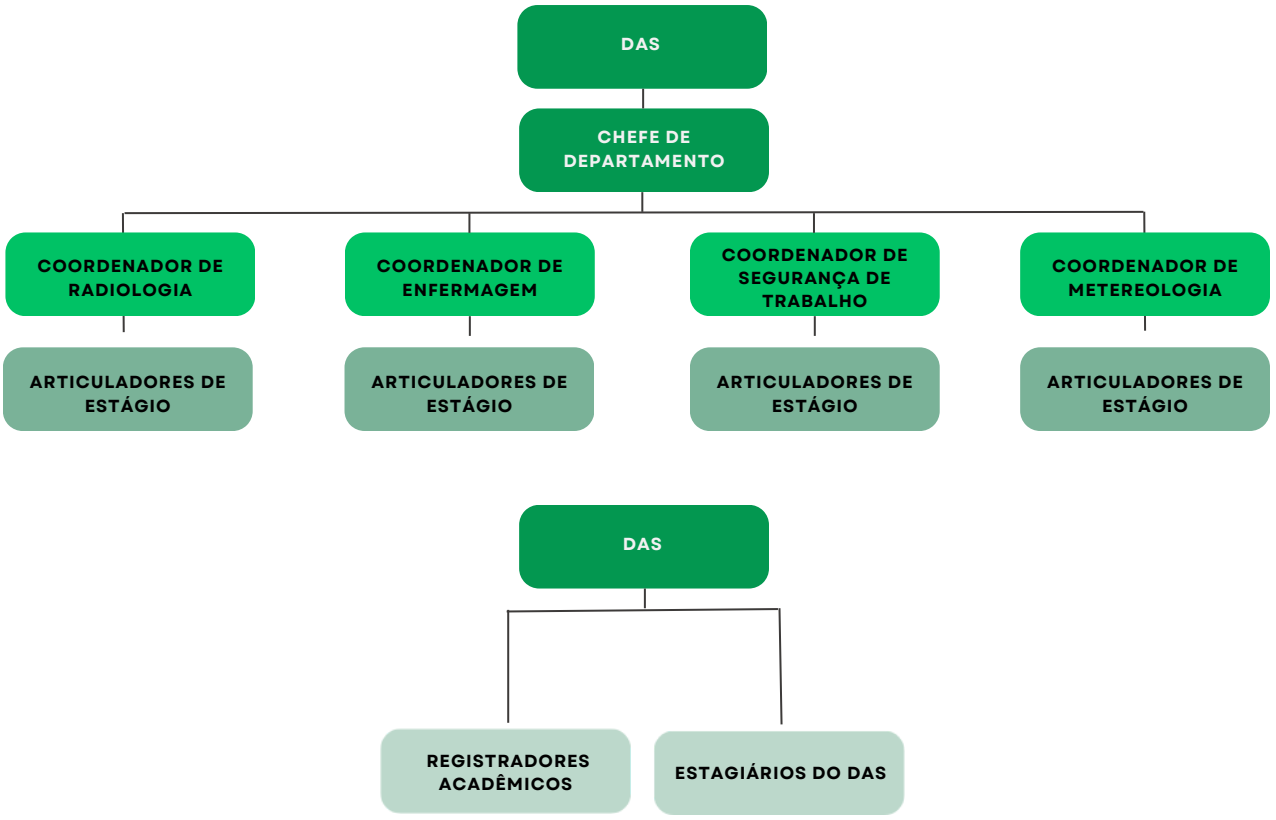
Coordenador de departamento: Inácio Alberto Pereira Costa

Vamos
NOS LOCALIZAR?



Fluxograma

SERVIDORES DO DAS



Além da
SALA DE AULA



GRUPOS DE PESQUISA

Os grupos de pesquisa são coletivos acadêmicos formados por docentes e estudantes com o objetivo de investigar e gerar conhecimento em áreas específicas. O papel do estudante nesses grupos é contribuir ativamente para o desenvolvimento de projetos, realizando atividades de pesquisa que ampliem seu conhecimento e preparem-no para a aplicação prática de sua área de estudo.

No IFSC, destacam-se os seguintes grupos de pesquisa:

- **Clima e Ambientes Costeiros**
  Estuda as dinâmicas climáticas e ambientais em regiões costeiras.

- **Educação, Saúde e Trabalho (EST)**
  Pesquisa a inter-relação entre educação, saúde e o mundo do trabalho.

- **GEPRO – Grupo de Pesquisa em Epidemiologia e Promoção à Saúde**
  Estuda aspectos epidemiológicos e estratégias de promoção da saúde.

- **GPAR – Grupo de Pesquisa em Aplicações Radiológicas**
  Pesquisa aplicações da tecnologia clínica no campo da radiologia.

- **GPR – Grupo de Pesquisa em Proteção Radiológica**
  Investiga práticas e tecnologias voltadas à proteção radiológica.

- **NANOTEC – Nanotecnologias para diagnóstico, proteção radiológica, terapia e remediação ambiental**
  Desenvolve soluções nanotecnológicas para a saúde e o meio ambiente.

- **Núcleo de Tecnologia Clínica**
  Desenvolve pesquisas em tecnologia radiológica, proteção e medicina nuclear.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

As atividades de extensão consistem em ações que conectam a universidade com a sociedade, promovendo a troca de conhecimentos e experiências. Por meio da extensão, estudantes, professores e comunidades interagem para resolver problemas, além de promover a cidadania. Essas atividades podem incluir projetos, cursos, oficinas, eventos e serviços, sempre com foco em impacto social e formação cidadã.

INTERCÂMBIO

Entre no site para ficar por dentro das oportunidades de bolsas e editais de intercâmbio.

CLIQUE AQUI
Participe de uma experiência de estudo no exterior



ESTÁGIOS

Informações no COEST (Hall de entrada) ou com o coordenador de estágios do seu curso.

CLIQUE AQUI
Para mais informações



ATLÉTICA AATIF

Realiza atividades em união de todos os cursos de graduação, além da prática de esportes de forma gratuita no ginásio. Durante o início de cada semestre, realizam atividades no Hall de entrada do câmpus.

Canais de
COMUNICAÇÃO

comunicacao.fln@ifsc.edu.br

Instagram

Jornal IFSC

Que tal conhecer melhor
ALGUNS CURSOS?

Técnico Subsequente em Enfermagem



- Duração: 4 semestres - 2 anos.
- Carga de horário de 1800h.
- Laboratórios:
  B112 - Modelos e Simulações teórico/práticas
  B113 - Semiotécnica
  B114 - Suporte Básico à Vida
- Estágios
  60h em Semiotécnica (1º semestre)
  20h em saúde do Jovem, Adulto e Idoso 1 (2º semestre)
  140h em saúde do Jovem, Adulto e Idoso 2 (2º semestre)
  60h em Saúde da Criança, da Mulher e do Homem 1 (3º semestre)
  140h em Saúde da Criança, da Mulher e do Homem 2(3º semestre)
  140h em Situações de Alta Complexidade e Saúde Mental (4º semestre)
  40h em Educação em Saúde (4º semestre)
- Formas de entrada: Sorteio público.
- Departamento: DAS (Departamento Acadêmico de Saúde).
- Aulas presenciais e a distância.

(48) 3211-6022

Coordenação: enfermagem.tec.fln@ifsc.edu.br

Registro Acadêmico: dass.ra.fln@ifsc.edu.br



Figura 01 - B112: Laboratório de Modelos e Simulações teórico/práticas



Figura 02 - B113: Laboratório de Semiotécnica





Figuras 03 e 04 - B114: Laboratório de Suporte Básico à Vida

Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho

- Duração: 3 semestres - 1,5 anos.
- Carga de horário de 1200h.
- Laboratórios:
  D016: Primeiros Socorros
  D017: Equipamentos Técnicos
- Não possui estágio obrigatório
- Turno: Noturno.
- Formas de entrada: Sorteio público.
- Departamento: DAS (Departamento Acadêmico de Saúde).
- Aulas presenciais e a distância.

(48) 3211-6022

Coordenação: segurancadotrabalho.tec.fln@ifsc.edu.br

Registro Acadêmico: dass.ra.fln@ifsc.edu.br

Para mais informações CLIQUE AQUI



Figura 05 - D016: Laboratório de Primeiros Socorros




Figura 06 e 07 - D016: Laboratório de Primeiros Socorros (Equipamentos)




Figura 08 e 09 - D017: Laboratório de Equipamentos Técnicos

Técnico Subsequente em Meteorologia

- Duração: 3 semestres - 1,5 anos.
- Carga de horário de 1000h.
- Laboratórios:
  D011: Aplicativos Meteorológicos
  D010: Instrumentação Meteorológica
- Estação Meteorológica: Pátio do Câmpus.
- Não possui estágio obrigatório
- Turno: Matutino.
- Formas de entrada: Sorteio público.
- Departamento: DAS (Departamento Acadêmico de Saúde).
- Aulas presenciais e a distância.

(48) 3211-6022

Coordenação: meteorologia.tec.fln@ifsc.edu.br

Registro Acadêmico: dass.ra.fln@ifsc.edu.br

Para mais informações CLIQUE AQUI





Figuras 10, 11, 12 e 13 - D010: Laboratório de Instrumentação Meteorológica



Figura 14 - Estações meteorológicas

Curso Superior de Tecnologia em Radiologia

- Duração: 7 semestres - 3,5 anos.
- Carga de horário de 3120h.
- Laboratórios:
  B115: Proteção Radiológica
  B116: Anatomia
  B117: Imagenologia
  B118: Densitometria Óssea
  B119: Mamografia
  B220: Técnicas Radiológicas e de Radiologia Odontológica
- Estágio
  200h em Radiologia Convencional (a partir do 4º semestre)
  400h em Especialidades (a partir do 5º semestre)
- Turno: Integral (vespertino e noturno).
- Formas de entrada: Sistema de Seleção Unificado (SISU) e Vestibular UFSC/IFSC/IFC.
- Departamento: DAS (Departamento Acadêmico de Saúde).
- Aulas presenciais e a distância.
- Atividades complementares: 40 horas.

(48) 3211-6022

Coordenação: radiologia.cst.fln@ifsc.edu.br

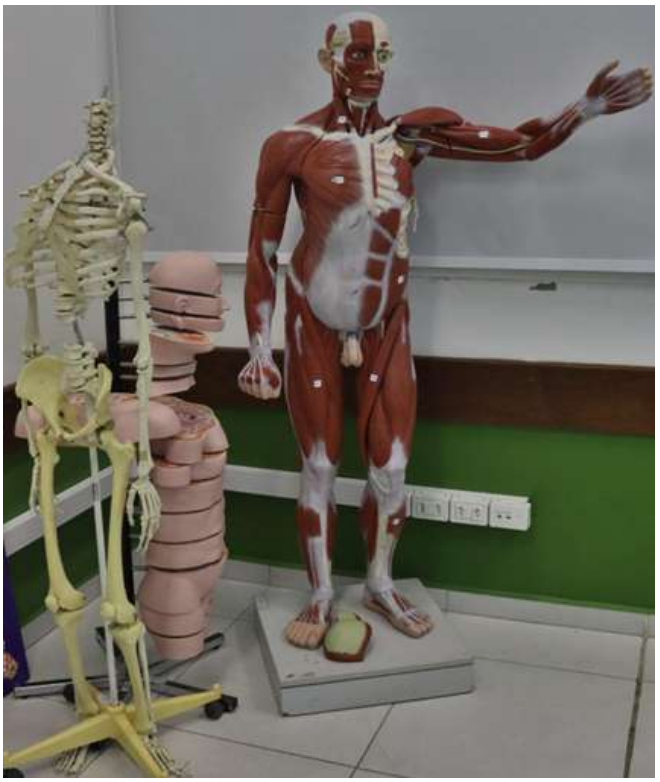
Estágios CST Radiologia
Coordenação do estágio: estagiosradiologia.fln@ifsc.edu.br

Registro Acadêmico: dass.ra.fln@ifsc.edu.br



Figura 15 - B116: Laboratório de Anatomia





Figuras 16 e 17 - Modelos anatômicos



Figura 18 - B117: Laboratório de Imagenologia



Figura 19 - B118: Laboratório de Densitometria Óssea

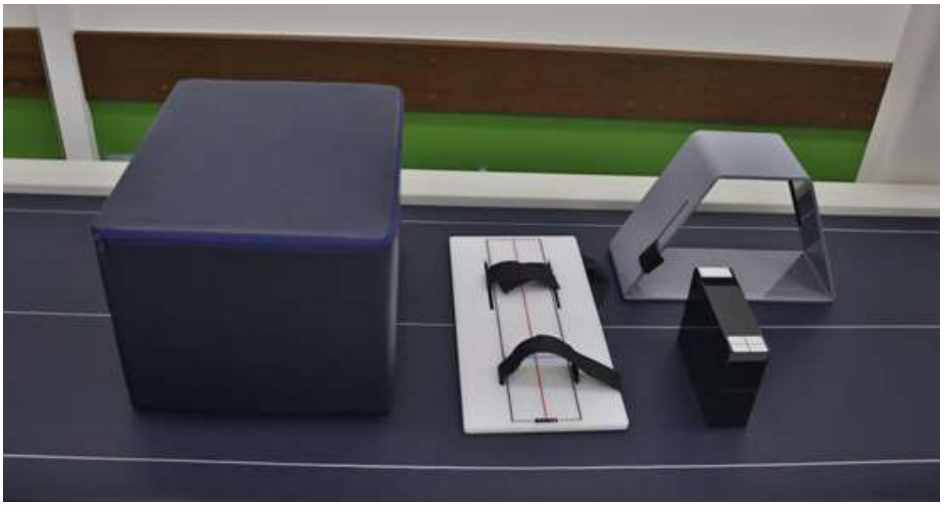


Figura 20 - B118: Equipamentos do Laboratório de Densitometria Óssea

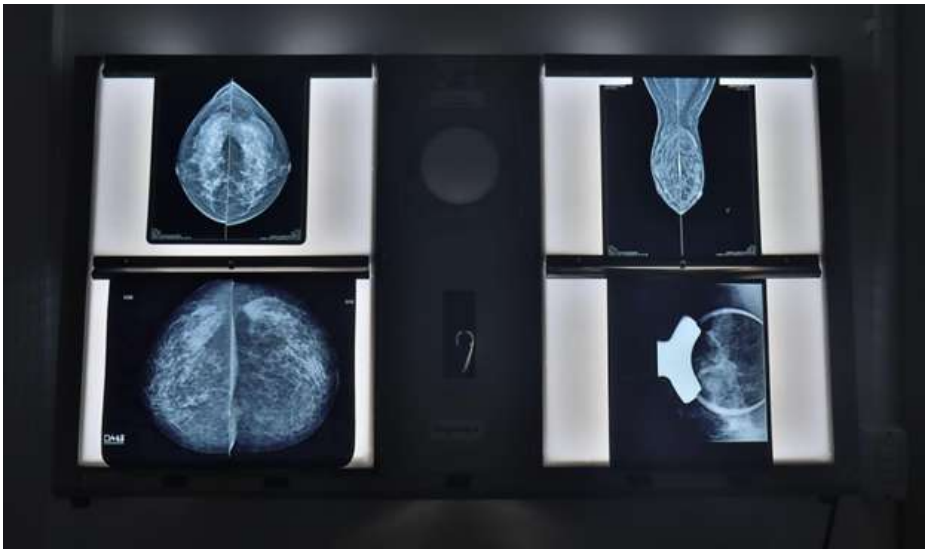


Figura 21 - B119: Laboratório de Mamografia



Figura 22 - B119: Laboratório de Mamografia



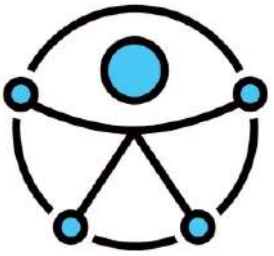
Figura 23 - B220: Laboratório de Técnicas Radiológicas e de Radiologia Odontológica.





Figuras 24 E 25 - B220: Laboratório de Técnicas Radiológicas e de Radiologia Odontológica.

Mensagem FINAL



Esperamos que esta cartilha tenha contribuído para esclarecer dúvidas e orientar sua trajetória acadêmica no IFSC. O Departamento Acadêmico de Saúde está comprometido com a formação de profissionais éticos, críticos e preparados para os desafios da área da saúde.

Lembre-se: a sua jornada no IFSC vai muito além da sala de aula. Aproveite as oportunidades, participe das atividades, cultive o respeito, o cuidado e o compromisso com o bem-estar coletivo.

Estamos aqui para caminhar com você. Seja bem-vindo(a) e conte conosco!

RADIOLOGIA ifsc

INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

GRUPO DE PESQUISA
ICAÇÃO, SAÚDE E TRABA

GPAR
Grupo de Pesquisa
em Aplicações Radiológicas

LAB+

LABMAIS- Laboratório de Manufatura Aditiva e Inovação em Saúde

MPPR

Mestrado em Proteção Radiológica MPPR

Clima & Ambiente
Mestrado IFSC

Mestrado de Clima e Ambiente